

COM A PALAVRA



Ronaldo Mota

Educação tradicional



ensino flexível

Ele é formado em Física pela Universidade de São Paulo, em 1972. Com mestrado e doutorado no Brasil e, pós-doutorado em universidade canadense e norte-americana, o professor Ronaldo Mota cumpre um papel importante na área de Educação do governo Lula. Professor da UFSM, no departamento de Física, desde 1982, Mota foi candidato a reitor da UFSM em 2001, tendo como vice o saudoso professor Flavio Schneider. Conhecido por sua simpatia ao Partido dos Trabalhadores e à liderança do partido, como o deputado federal Paulo Pimenta, ele acabou sendo convidado, ainda em meados de 2004 para assumir como integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, posteriormente, a partir da assunção de Tarso Genro na pasta do MEC, para ser o secretário de Ensino a Distância do Ministério. No CNE, Mota foi um dos que participou de intensos debates sobre a proposta de Reforma Universitária do Ministério da Educação.

Aos 51 anos, casado, e pai de uma filha que cursa Biologia na UFSM, Ronaldo Mota vem se destacando recentemente por um trabalho de expansão do ensino a distância nas universidades. Esse tema nem sempre é simplificado. Há quem veja de forma crítica o avanço dessa nova modalidade de ensino. Entretanto, para o secretário do MEC, não há conflito entre o ensino presencial e o ensino a distância. O que existe, diz ele, é uma visão tradicional de educação que se recusa a incorporar novas tecnologias. Em relação à Reforma Universitária, ele é só elogios. Segundo Mota, a discussão foi ampla e profunda e, sobre as críticas do ANDES ao projeto, considera normais. Sobre a expansão das universidades federais, Mota também a defende. Ele avalia que há legitimidade na iniciativa em função de haver demanda das comunidades. Acompanhe a seguir a íntegra da entrevista, efetivada através de correio eletrônico:

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta- A notícia que tem sido veiculada é de que o governo vai enviar o projeto de Reforma Universitária ao Congresso Nacional e, que, o MEC teria vencido a queda de braço em termos de recursos com o Ministério da Fazenda. Qual a sua avaliação de todo o resultado das discussões? O Sindicato Nacional dos Docentes é contra o conteúdo do projeto por considerar que ele não atende aos preceitos de manutenção da universidade pública.

Resposta- A proposta de Lei de Reforma da Educação Superior tem o inequívoco mérito de ter sido a primeira experiência realizada em tempos de democracia, dado que as duas grandes

reformas anteriores foram em períodos de exceção autoritários. A discussão foi ampla, profunda e sistematizada, resultando em um produto final que pretende resgatar demandas históricas, tais como autonomia universitária e constituição de um marco regulatório para o sistema federal de educação superior. O fato do Sindicato, ANDES, ser contra o conteúdo faz parte do legítimo direito de qualquer sindicato emitir qualquer opinião ou conceito em um estado democrático não cabendo qualquer consideração adicional, creio eu.

P- Um aspecto bastante polêmico do projeto se refere à retirada dos hospi-

"Não há um só Reitor que negue que as verbas de custeio são hoje significativamente maiores do que já foram em década anterior"

tais universitários da esfera do Ministério da Educação. Qual a sua posição a respeito?

R- Não há essa previsão no texto que conheço e que foi submetido à consideração final da Presidência da República para envio ao Congresso.

P- Também existe uma intenção manifestada do governo de retirar os aposentados da folha de pagamento das universidades, colocando-os na do INSS. O que pensa a respeito?

R- Desconheço essa intenção e, pelo contrário, o que existe, pelo menos no texto que conheço, é a determinação de não contabilizar o pagamento dos aposentados no cálculo dos 75% dos 18% obrigatórios para a educação destinados ao financiamento das Instituições Federais de Educação Superior. Uma coisa não implica na outra necessariamente e nem induz a essa interpretação. Se tal medida (transferir os aposentados do serviço público para o INSS) vier a ocorrer (o que seria incorreto, no meu ponto de vista), neste ou em outros governos, não será por causa do citado projeto de Lei. Insisto que, participando de quase todas discussões, jamais ouvi alguém propor transferir os aposentados das Universidades Federais para o INSS.

P- Especificamente em relação à sua área, a do Ensino a Distância, tem se observado uma expansão muito grande no âmbito das universidades. Esse é um processo novo e que gera muitas dúvidas, pois a idéia é de que o ensino presencial será sempre mais eficaz. Como o sr. analisa essa questão?

R- Educação a Distância no Brasil tem crescido em número e qualidade. Afirmar, ou idéia expressa na pergunta, de que o ensino presencial será sempre mais eficaz é uma tese que não tem se mostrado sustentável nos indicadores conhecidos nacional e internacionalmente. De fato, não há hoje um conflito entre presencial e a distância, mas sim entre uma educação tradicional que se recusa a incorporar novas tecnologias no processo educacional e uma educação flexível que pode, em princípio, incorporar adequadamente tecnologias de informação e comunicação na educação, seja ela presencial ou a distância.



Mota durante debate (na UFSM) sobre Reforma Universitária em 30 de setembro de 2004

P- Uma dúvida que tem surgido também se refere ao fato de que existem muitos recursos envolvidos nessa nova modalidade (a do ensino a distância), e que isso pode ser um fator de estímulo para que as universidades queiram ampliar cada vez mais recursos nesta área. Há fundamento nessas preocupações?

R- Não entendo isso como uma preocupação, pelo menos não no sentido negativo. Mais recursos para educação significa elemento positivo. Estimulamos igualmente que educação se dê nos níveis mais altos de qualidade e que existam investimentos compatíveis com esse desejo em todas as áreas, inclusive em educação a distância.

P- No âmbito do MEC, o sr. tem acompanhado também a questão da ex-

pansão das universidades federais. O 25º Congresso do ANDES-SN deliberou de forma contrária ao que vem sendo feito, considerando que o processo tem sido "irresponsável" e "eleitoreiro", pois não atenderia suficientemente aspectos técnicos na implantação e se preocuparia mais em angariar votos. Qual é a sua visão a respeito?

R- Após uma década de diminuição constante de recursos, há uma mudança clara de comportamento de investimentos na educação superior pública federal. Não há um só Reitor, seja de Universidade Federal ou CEFET, que negue que as verbas de custeio são hoje significativamente maiores do que foram naquela década citada, o que não significa que sejam suficientes, perante o reconhecido potencial que o parque das federais tem para crescer ainda mais.

Quando à expansão, entendo como atendimento de legítima demanda de várias regiões do país por educação superior pública de qualidade. Possíveis outras interpretações são legítimas manifestações políticas, sobre as quais não seria adequado tecer considerações.

P- Em relação ao governo atual, que aspectos positivos o sr. destacaria na Educação se fizesse uma comparação com os oito anos do governo FHC?

R- Eu acho que o trabalho, bem como os resultados, são bastante animadores e reconhecidos pela população, ainda que a missão educacional do país seja de tal dimensão que tudo pareça naturalmente insuficiente. Quanto a comparar com outros governos, creio que os eleitores, muito mais do que quem está hoje diretamente envolvido, terão a oportunidade de expressar nas urnas sua escolha quanto ao futuro do país muito em breve.

"A ANDES ser contra a Reforma Universitária faz parte do legítimo direito do sindicato"